

**A CONSTRUÇÃO**  
**DE UM PASSADO**  
**PRÉ-COLONIAL:**  
**UMA BREVE**  
**HISTÓRIA DA**  
**ARQUEOLOGIA**  
**NO BRASIL**

**CRISTIANA BARRETO**  
Department of  
Anthropology  
University of Pittsburgh  
E-mail:  
[cbarreto@internetcom.com.br](mailto:cbarreto@internetcom.com.br)

## ARQUEOLOGIA BRASILEIRA, ARQUEOLOGIA DO BRASIL

**A** maior parte do conhecimento arqueológico produzido no Brasil trata do período pré-cabralino. A arqueologia feita no Brasil é essencialmente uma arqueologia de sociedades indígenas extintas que viveram em um passado distante, deixando como testemunho de sua existência somente restos materiais. Há 500 anos que estes restos materiais têm sido encontrados, estudados e interpretados. Há 500 anos que estes restos têm sido a matéria-prima para a construção de um passado pré-colonial brasileiro.

Rever a história da arqueologia no Brasil é acompanhar o confronto do brasileiro ao longo destes anos com um passado pouco conhecido, que traduz as diversas formas de identificação ou rejeição das raízes indígenas por parte da sociedade nacional, e que nem sempre corresponde a ideais de uma (pré)história nacional.

A perspectiva colonial, do europeu branco explorando um passado exótico e distante, predominou até a institucionalização da arqueologia dentro de museus e centros de pesquisa científica, a partir do século XIX. Ironicamente, movimentos que valorizaram a cultura indígena, como os movimentos nativistas, o romantismo, e mesmo o modernismo, pouco influíram no desenvolvimento de uma arqueologia mais científica e menos eurocêntrica.

Ao contrário, o crescimento científico da arqueologia foi promovido inicialmente por naturalistas europeus trazidos pela Corte portuguesa, mais

tarde pelo próprio imperador Pedro II, e finalmente pelos professores estrangeiros trazidos ao Brasil para a construção de centros de pesquisas e universidades. Nesse sentido, a arqueologia brasileira, ao longo de sua história, tem sido muito pouco brasileira.

Ao contrário de alguns países vizinhos onde o resgate do patrimônio arqueológico é movido pela identidade cultural das populações atuais, no Brasil, a arqueologia é marcada pela ruptura irreversível na sua história, que foi o extermínio das populações indígenas e a construção de uma sociedade nacional branca, não indígena. Também, ao contrário de outros países onde a legislação de proteção deste patrimônio é fruto da demanda de grupos regionais ou nacionais que buscam fortalecer suas tradições culturais, no Brasil, esta legislação é promovida por uma pequena elite intelectual sendo promulgada de forma paternalística ou autoritária pelo Estado.

A arqueologia no Brasil é marcada não só pela falta de identificação étnica e cultural com o passado indígena, mas ainda sofre o agravante do caráter pouco monumental e modesto do patrimônio material, em grande parte perecível e de difícil conservação, dificultando ainda mais a valorização e identificação cultural com este patrimônio por parte da sociedade em geral.

Nas últimas décadas a arqueologia brasileira passou por transformações decisivas no seu desenvolvimento dentro e fora da academia. A comunidade científica, antes uma pequena elite acadêmica do Sul e Sudeste do país, com uma produção de pequena penetração e relevância para a sociedade como um todo, hoje se mostra ativa em todo o país através de diversos centros de formação, publicações periódicas especializadas, e uma sociedade politicamente atuante.

Fora da universidade, o papel do arqueólogo e sua responsabilidade perante a sociedade em recuperar e preservar o patrimônio arqueológico vem aumentando rapidamente face à crescente participação da arqueologia nos exigidos estudos de impacto ambiental e resgate do patrimônio nas vastas áreas afetadas pela

construção civil e pública.

O futuro da arqueologia no Brasil, ainda que sujeito em grande parte ao Estado (como órgão de controle de como é afetado o patrimônio arqueológico), depende cada vez mais da formação acadêmica especializada de uma nova geração de profissionais, e dos empreendimentos de construção que vêm abrindo um novo mercado para estes profissionais, mas também gerando recortes geográficos e temáticos bastante arbitrários na produção de dados arqueológicos.

A história da arqueologia reflete então não só os vários contextos históricos de pesquisa e produção de conhecimento, mas também a relação entre o papel do arqueólogo na sociedade e o que a sociedade espera, anseia e exige que o arqueólogo produza sobre o passado pesquisado.

Alguns temas recorrentes ao longo da história da arqueologia no Brasil são dignos de nota, como a origem e a antigüidade dos primeiros brasileiros, ou ainda a existência no passado de sociedades mais complexas e “avançadas” do que as conhecidas sociedades indígenas brasileiras. Estas recorrências apontam áreas de maior aproximação entre a pesquisa acadêmica/científica e o interesse popular, exemplificando assim a relação entre a arqueologia e a sociedade.

## O PRIMEIRO OLHAR: ARQUEOLOGIA E O DESCOBRIMENTO

As poucas “histórias” da arqueologia brasileira já escritas (Mendonça de Souza 1991; Prous 1991; Schmitz 1994) tratam do conhecimento sobre as antigas populações indígenas brasileiras acumulado ao longo do tempo, e, portanto, abrem esta história com as primeiras descrições dos indígenas encontrados à época do descobrimento, como por exemplo as cartas de Pero Vaz de Caminha. Contudo, apesar dos relatos dos cronistas do descobrimento constituírem importantes fontes para a arqueologia e a etno-história, tais crônicas não possuem ainda um olhar arqueológico. Afinal, como nos lembra Prous, na Europa,

a arqueologia nasceu somente no século XVIII (com escavações como as de Pompéia), sendo que culturas consideradas “primitivas” só se tornaram dignas do estudo científico mais tarde (Prous 1991).

Nas crônicas do descobrimento, existem sim muitas alusões à cultura material indígena que ajudam os arqueólogos a atribuir a determinadas culturas coisas hoje conhecidas apenas arqueologicamente. Um bom exemplo são as casas subterrâneas dos guaianases mencionadas por Gabriel Soares de Sousa em 1580 em seu *Tratado Descritivo do Brasil* (Soares de Sousa 1974). Raramente, alguns cronistas chegam a reconhecer sítios arqueológicos enquanto tal, como os sambaquis descritos pelo jesuíta Fernão Cardim, ou as inscrições rupestres observadas pelos soldados do capitão-mor Feliciano Coelho em 1598 (Cardim 1978; Sampaio 1955). Contudo, não há interesse em estudá-los. No máximo, algumas peças arqueológicas eram coletadas por oficiais da Coroa juntamente com outros objetos exóticos para o Gabinete Real de Curiosidades (Schwarz 1989).

Às crônicas do descobrimento, seguem-se os relatos monçoeiros, bandeirantes e sertanistas, além das crônicas e relações eclesíásticas. Interpretações sobre as origens das populações indígenas recém-encontradas são tímidas e condizentes com o criacionismo ou monogéismo cristão da época. Entre as teses mais comuns estão a do paraíso terrestre na América e a da descendência das tribos perdidas de Israel. No entanto, nenhuma delas se inspirou em evidências arqueológicas. Finalmente, com a expulsão dos jesuítas em 1759 encerrou-se todo um gênero de estudos e relatos por parte da instituição que, até então, mais se aproximara e melhor conhecia as diferentes culturas indígenas do país.

## A ARQUEOLOGIA NA ERA DAS EXPEDIÇÕES

Uma perspectiva mais propriamente arqueológica surgiu com os naturalistas via-

jantes da segunda metade do século XVIII e início do XIX. Mesmo antes da instalação da Corte portuguesa no Brasil e do decorrente incentivo à exploração mais sistemática do território brasileiro, o país já vinha sendo palco de inúmeras excursões, viagens e pesquisas de naturalistas estrangeiros, sobretudo franceses e alemães.

Eram projetos não mais regidos pela curiosidade renascentista da era das descobertas, mas pela especulação científica iluminista do estudo da natureza de forma racional. Apesar da pouca especialização das áreas de saber (descrevia-se com igual amplitude a flora, a fauna, os nativos e a cultura material), eram projetos já marcados pelo crescente interesse europeu pela etnologia, e pelo reconhecimento do potencial informativo da cultura material. Além disso, as teorias formuladas sobre origem e antigüidade dessas populações se baseavam cada vez mais em evidências arqueológicas.

Este ciclo de viajantes inaugurou-se com expedições amazônicas, como as de La Condamine (1745), Franz Keller-Leusinger (1784) e Alexandre Rodrigues Ferreira (1785-1790), doutor em Ciências pela Universidade de Coimbra, e muitos outros (Sampaio 1955). Para os naturalistas dos séculos XVIII e XIX, a Amazônia representava o lugar onde a natureza e o homem podiam ser observados em sua forma mais pura, um local precioso para a pesquisa. Quanto à arqueologia, este é o início de uma longa tradição de expedições estrangeiras ao Amazonas, região que, até os dias de hoje, continua a atrair a atenção de arqueólogos estrangeiros.

A viagem de estudos de Alexandre von Humboldt (1799-1803) insere-se neste contexto de expedições amazônicas. Além de registrar importantes sítios arqueológicos, Humboldt propôs a primeira teoria de origem das populações americanas com base em suas observações antropológicas. Sugeriu uma origem asiática única, “uma só raça, ... um só tipo orgânico modificado por circunstâncias que nos ficarão para sempre desconhecidas” (Rocque s/d).

Humboldt foi impedido pelo governo

português de adentrar o território brasileiro. Suas idéias e teorias pareciam prejudiciais aos interesses da Coroa a qual, apesar de incentivar a exploração do território para promover a imagem de um país vasto, diversificado, cheio de riquezas naturais, também procurava impedir novas idéias que fortalecessem o incipiente nativismo brasileiro.

Com a instalação da Corte no Brasil, as expedições tornaram-se oficiais e o país se transformou no paraíso de naturalistas viajantes (Sampaio 1955). Em particular, entre as expedições que fizeram registros de interesse arqueológico estão as de Eschwege (1809), Wied Neuvied (1815), Saint-Hilaire (1816-22), Koster (1816) e von Martius (1818-21). Este último, juntamente com von Spix e Natterer, integrou a missão Pohl, que acompanhou a arquiduquesa e futura imperatriz Leopoldina ao Brasil.

Von Martius dedicou-se particularmente à etnografia e à arqueologia indígena. Especialmente preocupado com a origem dos grupos indígenas brasileiros, classificou tribos por afinidade lingüística e traçou seus caminhos migratórios. Sustentou a teoria de raça única de Humboldt, desenvolvendo-a como uma teoria de involução cultural indígena, voltada para localizar a civilização de origem (Roquete Pinto 1927).

Com isso inaugurou-se também todo um ciclo de especulações imaginosas que viam os índios brasileiros como o estágio final de uma civilização decadente, a qual poderia ser desde a dos fenícios, hebreus, chineses, japoneses e mongóis, até a de outros povos fictícios como os atlantes. Tais especulações eram sobretudo populares entre os intelectuais brasileiros que, formados sob a ótica colonial européia, estavam ainda inconformados com um passado indígena “pobre”, ao contrário de seus vizinhos que, em seus movimentos nativistas e anticoloniais, podiam evocar a tradição de altos impérios e civilizações, como as dos astecas e incas.

Esta ótica marcou o desenvolvimento da arqueologia no país até os dias de hoje. À medida que os ideais de identificação com altas civilizações são frustrados por resultados de pesquisas mais sistemáticas,

o inconformismo tende a se transformar em desinteresse e desprezo das elites intelectuais pela arqueologia brasileira, mais tarde agravados por um certo tecnicismo por parte da arqueologia acadêmica brasileira e pelo seu isolamento do restante das ciências humanas e sociais praticadas no país.

Ao longo desse processo, coleções de materiais foram sendo reunidas essencialmente por naturalistas estrangeiros, inicialmente com uma preocupação mais museológica, isto é, voltada para a coleta de amostras e vestígios de culturas extintas ou em extinção que seriam enviados e preservados em museus europeus, e em seguida com uma preocupação mais científica em ordenar e classificar estes vestígios (Lopes 1995; Nizza da Silva 1983).

No Brasil, o Museu Real, fundado em 1808 no Rio de Janeiro, e mais tarde com a República rebatizado como Museu Nacional, assumiu desde o início um perfil de museu de História Natural, servindo de *home land* para muitas das expedições estrangeiras. Com o objetivo explícito de incentivar os estudos de botânica e zoologia, mas longe ainda dos padrões científicos e museológicos europeus, foi também o local onde seriam depositadas as peças arqueológicas de proveniências diversas, na maioria coletadas por naturalistas, mas ainda tratadas como simples curiosidades (Schwarcz 1989).

Finalmente, não se pode encerrar a revisão dessa etapa da “pré-história” da arqueologia brasileira sem mencionar o episódio das descobertas de Peter Wilhem Lund, as quais até hoje têm revolucionado teorias sobre a ocupação antiga do território brasileiro. Este naturalista dinamarquês, vindo ao Brasil inicialmente em 1825 para a coleta de espécimes para o Museu Natural de Copenhague, retornou ao país em 1834, fixando residência em Lagoa Santa, Minas Gerais. Aí, com uma preocupação já voltada para a zoologia e a paleontologia, Lund pesquisou mais de 800 cavernas, coletando e documentando vestígios de animais extintos. Foi na Lapa do Sumidouro que Lund encontrou restos de esqueletos humanos fossilizados em meio

a ossadas de animais pleistocênicos, o que o levou a formular a hipótese de contemporaneidade de seres humanos com esta fauna hoje extinta (Junqueira 1980; Prous 1991:6-7).

Até então não havia notícias de restos humanos fossilizados em nenhuma outra parte do mundo, e tampouco era aceita a idéia de tamanha antigüidade do ser humano. Mesmo entre os cientistas da época, predominava ainda o criacionismo, e paleontólogos como Cuvier, mestre de Lund, desenvolveram a teoria de catástrofes sucessivas para explicar os vestígios de formas de vida extintas. Segundo o catastrofismo em voga, o dilúvio bíblico teria sido o último desses acontecimentos, e a idéia de seres humanos contemporâneos à fauna extinta implicaria a existência de um homem antediluviano, o que para os parâmetros de conhecimento da época era inaceitável (Prous 1991).

Sem ser ouvido pelos cientistas de sua época, a hipótese de Lund parecia antever a teoria evolucionista de Darwin e Wallace apresentada logo a seguir, em 1848. A questão do “homem de Lagoa Santa” e subseqüentes pesquisas na região atravessaram a história da arqueologia brasileira pelo restante do século XIX e todo o século XX, com controvérsias tanto a respeito da antigüidade dos vestígios humanos, como da sua origem racial, estendendo-se até os dias de hoje, quando então já é bastante aceita a idéia de um homem pleistocênico americano.

A polêmica que se seguiu à publicação das obras de Lund na Europa, por sua vez, acabou por sensibilizar também os governantes brasileiros, em especial D. Pedro II, que se mostrou particularmente interessado no assunto, resolvendo incentivar a pesquisa arqueológica no país, através tanto do Museu Nacional como da promoção de expedições brasileiras.

Neste fim de século, expedições específicas para a pesquisa de sítios arqueológicos foram então organizadas, com as primeiras escavações científicas de sítios arqueológicos, tais como as expedições amazônicas de Ferreira Penna documentando

pela primeira vez sítios da cultura marajoara, a famosa Thayer Expedition (1865) da qual participam os arqueólogos americanos Frederich Hartt e James Orton, as escavações de sítios amazônicos encontrados por Hartt e retomadas por Orville Derby (1871) e J. B. Steere da Universidade de Michigan (1876), e, no Sul, as escavações de Rath nos sambaquis paulistas (1876), e as de Carlos Wiener e Roquete Pinto nos sambaquis do litoral sul (1876) (Mendonça de Souza 1991).

Seguiu-se um período de efervescência científica na arqueologia brasileira não só quanto ao levantamento de dados primários com expedições, escavações e montagem de coleções, mas também quanto à formulação de hipóteses e teorias sobre a origem e filiação cultural dos índios brasileiros. Tendo em vista a tardia criação de centros universitários no país, foi dentro dos museus que pesquisa e teoria foram desenvolvidas.

## A ARQUEOLOGIA NA ERA DOS MUSEUS

Foi dentro de novos paradigmas de conhecimento que a pesquisa arqueológica passou a ser institucionalizada no Brasil. Evolucionismo, positivismo, e naturalismo começaram a penetrar o país a partir dos anos 1870. Paralelamente, uma elite intelectual brasileira começou a se organizar em torno do debate romântico sobre os fundamentos de uma “cultura nacional”. A criação de museus locais, brasileiros, veio de certa forma refletir estes novos ideais contrapondo-se aos legados metropolitanos e à ótica colonial (Shwarcz 1989).

O papel destes novos museus, o Museu Paulista em São Paulo, o Museu Paraense em Belém, e do reformado Museu Nacional no Rio de Janeiro, foi decisivo para o desenvolvimento da arqueologia no país, não só na forma como a pesquisa foi institucionalizada mas também ao definir os modelos científicos de produção de conhecimento. Neles, antes de mais nada, a

arqueologia e a etnologia ganharam espaços próprios, apesar de secundários em relação à botânica, à zoologia, e à geologia, enfim, às “verdadeiras” ciências naturais. A ciência do homem era exercida mais como uma arte classificatória, na qual vestígios arqueológicos eram coletados e organizados enquanto ilustração material empírica da evolução humana.

No recém-reinaugurado Museu Nacional (1876) a seção de “Anthropologia, Zoologia geral e applicada e Paleontologia animal” abarcaria também a arqueologia, contando inclusive com um primeiro arqueólogo nos quadros do museu, Ladislau Netto. Tendo em vista a produção do museu na área da antropologia, fortemente influenciada pela direção de J. P. Lacerda, a disciplina era praticada essencialmente como antropologia biológica, como exemplificam os vários estudos de craniometria e traços raciais indígenas publicados pela revista do museu (Lopes 1997; Schwarcz 1989).

O problema da origem das populações indígenas brasileiras se colocava então em termos de raças, dentro do debate internacional maior entre os poligenistas, como o francês Louis Agassiz, que defendiam a idéia de vários centros de criação humana correspondendo a raças distintas, e os monogenistas, como os seguidores de Humboldt, que ainda acreditavam na evolução e dispersão pelo mundo de uma única raça. O debate era obviamente inspirado nas preocupações nacionalistas européias desse fim de século e na decorrente necessidade política em se determinar as origens e diferenciações étnicas dos diversos povos europeus.

No Brasil, o debate assumiu contornos provincianos, voltado para a investigação de possíveis centros de criação ou evolução de raças no território nacional, em torno de estudos de antropometria e a definição de categorias raciais tais como “a raça de Lagoa Santa”, ou “o Homem dos Sambaquis”. É dentro desse contexto de teorias evolucionistas e do que seria mais tarde cunhado como escola “evolucionista racista” que foi inserida a arqueologia, com o papel de documentar os vestígios humanos

mais antigos e fornecer fundamentos empíricos para as várias teorias em voga.

A maior contribuição da época foi sem dúvida a obra de Ladislau Netto, diretor do Museu Nacional a partir de 1879, que, tendo promovido várias expedições arqueológicas pelo território nacional, além de ter participado pessoalmente de algumas, publicou a primeira síntese de arqueologia do país intitulada *Investigações sobre a Archeologia Brasileira* (1885). Algumas idéias ousadas para a época se destacam quer por seu pioneirismo, como o reconhecimento da origem artificial dos sambaquis, quer por sua atualidade, como sua tese de que a cultura marajoara teria se originado alhures, ou ainda seu reconhecimento da função cerimonial dos tesos amazônicos e da hierarquia social documentada nas urnas funerárias de Pacoval.

No Museu Paulista, inaugurado após a queda do Império em 1894, já com um projeto científico bastante mais rígido, e igualmente inspirado nos museus de História Natural europeus, a arqueologia passou também a ocupar um espaço relativo, cuja importância se traduzia no interesse pessoal do diretor fundador, o zoólogo Hermann von Ihering. O exemplo da produção de von Ihering junto ao museu e seu tratamento das coleções arqueológicas talvez sejam o mais representativo da forte herança do naturalismo alemão ainda hoje presente na arqueologia brasileira. O taxonomismo cultural, esvaziado de dimensões humanas e sociais, marcou de forma decisiva uma incipiente ciência do homem, na qual, no dizer de Ihering, “estudar a flora e a fauna era também estudar o homem primitivo”.

Entre 1885 e 1908 Ihering publica mais de 20 obras sobre arqueologia brasileira, incluindo a síntese *Archeologia Comparativa do Brasil* (1904), além de adquirir numerosas coleções arqueológicas para o Museu Paulista. De certa forma, seu envolvimento na longa polêmica sobre a origem dos sambaquis (Ihering não admitia serem estes acúmulos de conchas feitos por populações indígenas antigas) refletia sua posição bastante eurocêntrica sobre os nativos brasileiros, dos quais chegou a de-

fender publicamente o extermínio, em nome do progresso civilizatório. Percebe-se no exemplo de von Ihering o grande fosso que se desenvolveu a partir de então entre uma arqueologia mais “científica” e a sociedade nacional. Apesar da posição de von Ihering ter provocado a reação de muitos intelectuais brasileiros, gerando inclusive debates que culminaram na criação do Serviço de Proteção aos Índios, as inspirações teóricas que marcaram seu trabalho científico como diretor do museu não foram questionadas na época.

Finalmente, o Museu Paraense também teve importância decisiva para a arqueologia brasileira por sua localização em Belém ter propiciado seu uso como *field-station* para muitas das expedições de pesquisa arqueológica na Amazônia. Reformulado em 1894 pelo zoólogo suíço e ex-naturalista do Museu Nacional, Emílio Goeldi, nele a etnografia, a arqueologia e a antropologia compartilhavam uma seção própria, apesar de também secundária às outras de ciências naturais. Apesar do discurso de Goeldi no número inicial do boletim do museu destacar questões como a origem do homem americano ou se referir à região amazônica como palco ideal para o estudo do homem primitivo, fica clara a orientação do museu nestas disciplinas ainda sob um olhar que vem de fora, como continuação do trabalho dos naturalistas estrangeiros. Todos os artigos publicados pelo museu eram de fato de autoria estrangeira, com raras contribuições na área de arqueologia (Barreto 1992).

Assim, nos três casos aqui destacados de institucionalização da arqueologia nos museus brasileiros, nota-se que é um processo que ocorreu à margem tanto das preocupações nacionalistas da nova República como dos ideais românticos de revalorização do passado nacional. Ao contrário, é um processo que acabou por oficializar o lugar da arqueologia dentro das ciências naturais, isolando-a como um conhecimento especializado, desligada da dinâmica histórica e social da época, e reservada a poucos especialistas, na sua maioria estrangeiros. As inspirações teóricas refletiam

mais a preocupação em acompanhar e participar dos debates internacionais do que implantação de uma nova área de estudo em território nacional.

É fora dos museus, nas inúmeras sociedades históricas e geográficas que se criaram no novo Brasil republicano, que a arqueologia surgiu de forma mais popularizada. O ciclo de busca a cidades perdidas foi intensificado nas primeiras décadas do século XX, acrescido de inúmeras interpretações místicas de inscrições rupestres, propiciando abundante literatura nos jornais da época. À medida que ia se desbravando o território nacional, as fictícias cidades, pirâmides, escritos fenícios, etc., iam se deslocando para cada vez mais longe, permanecendo contudo no imaginário popular de forma cada vez mais romântica.

Enquanto isso, a elite de especialistas, enclausurada em seus museus, estava às voltas com os polêmicos debates sobre a origem dos sambaquis entre naturalistas e artificialistas, sobre a antiguidade da raça de Lagoa Santa, e sobre a origem local ou externa das culturas do baixo Amazonas, definindo assim as principais temáticas a serem desenvolvidas na futura arqueologia acadêmica brasileira.

Após a Primeira Guerra Mundial, apenas o Museu Nacional conseguiu manter alguma atividade de pesquisa arqueológica. A falta de recursos para manter a efervescente produção científica do final do século anterior levou à dispersão de pesquisas em centros menores e autodidatas. A década de 1920 marcou o final da “era dos museus” nacionais que abandonaram o seu modelo enciclopédico e projetos grandiosos, transformando-se em museus exclusivamente de ciências naturais (Schwarcz 1989).

Contudo, a decadência dos grandes museus não foi o único fator responsável pela baixa produção científica na área de arqueologia durante o período entre guerras. Uma certa mudança de interesse na área de antropologia acabou por acentuar o isolamento da arqueologia e conseqüente desinteresse pela comunidade intelectual da época.

A preocupação naturalista em se estu-

dar o “primitivo” de forma a documentar culturas ainda inalteradas foi substituída, a partir dos anos 1920, por novos interesses pela formação do povo brasileiro moderno. Temas como a miscigenação racial e novas populações de imigração europeia chamavam a atenção para outros grupos étnicos. Os indígenas brasileiros só atraíram a atenção dos antropólogos em questões referentes à sua aculturação e integração na sociedade nacional, enquanto o seu passado mais antigo passou a ocupar um lugar marginal na obra dos cientistas sociais brasileiros a partir dessa época.

Por outro lado, na esfera internacional, a antropologia também passou por mudanças importantes com a crítica radical ao paradigma do evolucionismo e a introdução de novos conceitos de cultura, como, por exemplo, o relativismo cultural de F. Boas. A arqueologia, que ainda se apoiava em teorias da antropologia biológica, passou também a buscar um novo papel no estudo de diferentes culturas. O abandono da idéia de que todo comportamento humano é biologicamente determinado abriu portas para o estudo de áreas culturais, para as teorias difusionistas, e para o comparativismo cultural que viriam emergir nas décadas seguintes na produção arqueológica internacional.

No Brasil, a antropologia, ao sair dos museus, ressurgiria nas universidades com esses novos paradigmas, de certa forma abandonando de vez a arqueologia que, ainda moldada pelo cientificismo do século XIX, só seria integrada à universidade tardiamente, dissociada da antropologia e como um apêndice da História, isto é, como pré-História.

Apesar de alguns poucos antropólogos continuarem a se interessar pela arqueologia, sobretudo na sua vertente biológica, como atestam os estudos raciais e craniométricos de vestígios arqueológicos ainda publicados na década de 1950 por antropólogos como E. Willems, E. Shaden e H. Baldus (Willems e Shaden 1951), de forma geral, não mais reconheceram a arqueologia como parte da antropologia (Baldus 1955). Essa dissociação da antro-

pologia teria efeito decisivo na produção da primeira geração de arqueólogos acadêmicos no Brasil, na maioria desprovida de qualquer formação em ciências sociais ou mais especificamente em antropologia.

O fim da era dos museus foi marcado ainda por um novo olhar preservacionista. Foi com o modernismo que surgiu inicialmente a idéia de se preservar o passado e a cultura nacional não só levando-se objetos para dentro de museus, mas também através da proteção de um patrimônio materializado em uma diversidade de sítios, monumentos e edifícios. A preocupação com a preservação deste patrimônio se traduziu no projeto de lei elaborado por Mário de Andrade em 1936 (Lima 1988). Reunindo-se o patrimônio histórico e arqueológico sob a mesma legislação, também na esfera dos futuros órgãos públicos responsáveis por sua proteção, a arqueologia tornou-se mais próxima da história, criando-se uma tradição na área de preservação e proteção de patrimônio no Brasil, onde historiadores e arquitetos, e não antropólogos, seriam os principais atores responsáveis pelo gerenciamento do patrimônio material de antigas culturas indígenas.

## A ARQUEOLOGIA ACADÊMICA NO BRASIL

Diferentemente das outras ciências sociais no Brasil, a arqueologia surgiu dentro das universidades, não através de projetos intelectuais específicos, mas a partir de campanhas preservacionistas, promovidas por alguns poucos intelectuais indignados com a destruição acelerada dos sítios arqueológicos e a falta de profissionais especializados para resgatá-los.

Já em 1935, Luis de Castro Faria, uma das personalidades mais atuantes na defesa do patrimônio arqueológico, fundou o Centro de Estudos Archeológicos, mais tarde absorvido pelo Museu Nacional e que, pela primeira vez no Brasil, conferia nível acadêmico à arqueologia, servindo de modelo

a outras instituições de pesquisa arqueológica no Brasil.

Em São Paulo, foi também assim que a Comissão de Pré-História, criada por decreto em 1952 e fruto da conhecida luta política de Paulo Duarte para a preservação dos sambaquis, tornou-se o núcleo do futuro Instituto de Pré-História junto à USP.

Este mesmo processo ocorreu no Paraná onde a atuação de José Loureiro Fernandes, importante personalidade das campanhas de proteção dos sambaquis, desembocou na criação do Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas (Cepa) junto à Universidade Federal do Paraná em 1956.

Portanto, os primeiros e mais marcantes centros acadêmicos de arqueologia foram frutos de uma política preservacionista antes de mais nada preocupada em garantir os direitos à pesquisa científica de um patrimônio em crescente destruição, surgindo praticamente à margem dos projetos intelectuais mais amplos do ensino das ciências sociais no Brasil.

No entanto, com os centros de pesquisa inseridos em universidades, a arqueologia não deixaria de desfrutar do principal recurso utilizado na implantação de centros universitários no país, os especialistas estrangeiros (Massi 1989). Tendo em vista a falta de projeto acadêmico específico para a arqueologia, foram estes especialistas estrangeiros que, na verdade, cunharam as principais inspirações teóricas da arqueologia brasileira e tiveram papel decisivo na formação das futuras gerações de arqueólogos.

O convite a especialistas estrangeiros e o entusiasmo em absorver um novo saber residiam essencialmente nas áreas mais técnicas da arqueologia, sobretudo métodos de escavação, classificação, datação e documentação. Estes, porém, não poderiam ser aplicados ao contexto brasileiro de forma teoricamente neutra e estavam necessariamente imbuídos das tradições teóricas de suas matrizes de origem.

As conseqüências dessas tradições teóricas se refletiram no legado das escolas estrangeiras na arqueologia brasileira contemporânea de diversas maneiras, iniciando-se pelo próprio conceito de arqueologia

como disciplina acadêmica. Com a presença bastante expressiva de intelectuais europeus, e sobretudo franceses, a arqueologia foi inserida na universidade, seguindo o modelo francês, como o estudo do passado pré-histórico humano, isto é, como pré-história, herdando assim toda a ambigüidade e problemas envolvidos em se delimitar este período da história humana que, na Europa, tradicionalmente se definiu como aquele que antecede a escrita. Apresentavam-se ainda os problemas adicionais da transposição de tal conceito para terreno brasileiro que, de certa forma, foi hoje elegantemente corrigido por arqueólogos brasileiros com o uso da expressão “pré-colonial” ao invés de “pré-histórico”.

Sem o embasamento teórico da antropologia, a arqueologia desenvolveu-se em uma situação bastante paradoxal, uma vez que a maior parte da pesquisa feita no país se dedicava ao estudo do passado das sociedades indígenas. Assim, enquanto o campo da antropologia e o estudo das sociedades indígenas vivas floresceriam no Brasil a partir dos anos 40, com a vinda de pessoas como Lévi-Strauss ou alunos diretamente treinados por Radcliff-Brown, a arqueologia no Brasil ficou estagnada. O primeiro manual de arqueologia brasileira, de autoria de Angione Costa (1934), ilustra bem o vácuo teórico em que se pensava a disciplina, constituindo-se em uma árida compilação dos achados arqueológicos no Brasil.

Por outro lado, apesar de próxima à História, a arqueologia no Brasil também não absorveu nada da forte influência dos historiadores marxistas ingleses (tão influentes na história colonial/econômica do Brasil) e tampouco da influência francesa dos historiadores da *École des Annales*, também bastante forte nos departamentos de História no Brasil, e hoje recuperados por correntes teóricas recentes da arqueologia internacional.

O distanciamento da arqueologia brasileira da tradição marxista das ciências sociais no Brasil e na América Latina em geral também a manteve isolada da “arqueologia social” desenvolvida e compartilhada por comunidades arqueológicas em países

como a Venezuela, a Colômbia, o Peru e o México (Barreto 1999a).

Foi, portanto, dentro desse isolamento das ciências humanas em geral, dessa ambigüidade conceitual sobre a natureza da arqueologia, e de um certo “tecnicismo” promovido pela emergente arqueologia acadêmica, que passaram a atuar os arqueólogos estrangeiros na pesquisa e formação de novos arqueólogos no Brasil. Franceses e norte-americanos deixaram marcas profundas no desenvolvimento da arqueologia brasileira por toda esta segunda metade do século XX.

## O LEGADO DAS ESCOLAS ESTRANGEIRAS

O papel das *missions archéologiques* no Brasil deve ser entendido dentro do projeto maior de missões arqueológicas francesas na América Latina (Legoupil 1998; Prous 1995). Essas missões nasceram do interesse crescente desde o início deste século em se pesquisar culturas pré-históricas da América Latina menos conhecidas dos que as famosas culturas maia, asteca, ou inca. Na verdade, desde a criação da Sociedade dos Americanistas em 1876, que o “americanismo” passou a ser uma nova via de estudos (assim como o “africanismo”) para historiadores e etnólogos franceses, possibilitando inclusive a formulação de novos paradigmas de pensamento. Atualmente existem 17 missões arqueológicas francesas distribuídas na América Latina (Legoupil 1998).

Foi a partir do modelo de pesquisas etnológicas praticadas pelo Musée de l’Homme de Paris e das pioneiras expedições de seu diretor, o americanista Paul Rivet, que chegaram ao Brasil as influências francesas na área da arqueologia. Paul Rivet, a convite de seu amigo pessoal Paulo Duarte, integraria o grupo já considerável de historiadores, sociólogos e etnólogos franceses que veio fundar e desenvolver as ciências sociais na Universidade de São

Paulo (Massi 1989). Vale a pena ressaltar que o incentivo de Paul Rivet não se limitou ao apoio intelectual mas também institucional, incluindo recursos financeiros colocados à disposição da Universidade de São Paulo para a criação de “um laboratório de pesquisas sobre as origens e a vida do Homem paleoamericano” (Duarte 1977), que futuramente se transformaria em Instituto de Pré-História.

A maior influência francesa se deu, porém, através da atuação do casal Joseph Emperaire (geógrafo) e Annette Laming (arqueóloga), trazido por Rivet, e cujas contribuições são bastante reconhecidas em termos tanto de formação científica de uma nova geração de arqueólogos brasileiros, como de introdução de métodos científicos mais rigorosos ao estudo de certos tipos de sítios brasileiros (Barreto 1998; Mendonça de Souza 1991; Prous 1995). Entre 1954 e 1956, o casal pesquisou vários sambaquis do Paraná e São Paulo, proporcionando as primeiras datações por C14 no Brasil, e, mais tarde, outros sítios pré-cerâmicos no interior do Paraná. Annette Laming retomou também as escavações de Lagoa Santa e inaugurou no país uma metodologia de documentação e análise de arte rupestre.

Na bagagem metodológica trazida para o Brasil pelo casal estavam fatalmente os ensinamentos de mestres como Leroi-Gourhan aplicados ao contexto de sítios paleolíticos franceses. Assim, no Brasil, a escolha de sítios pré-cerâmicos é privilegiada, concentrando-se em métodos de escavação de superfícies amplas para a reconstrução de solos de ocupação de determinados sítios, e na análise de artefatos, essencialmente líticos, dentro das tipologias e terminologias francesas da época. Seus seminários e manuais sobre análise de artefatos líticos marcaram toda uma geração de arqueólogos até hoje atuantes na arqueologia brasileira (Emperaire 1967).

Contudo, a priorização do estudo de sítios em um passado bastante distante, que nada tem a ver com as sociedades indígenas conhecidas, juntamente com a introdução de todo um novo jargão técnico tornaram os resultados de suas pesquisas pouco



atraentes ao resto da comunidade acadêmica e ao público em geral que não mais acompanhava a relevância de tais estudos.

Ao contrário da França, no Brasil, onde tão pouco se conhecia sobre a distribuição temporal e espacial das diferentes culturas indígenas extintas, o estudo tão pormenorizado de alguns poucos sítios arqueológicos, mesmo que tomados como exemplos típicos de uma unidade maior desconhecida, tornou-se uma estratégia pouco produtiva diante de tão vasto e inexplorado território. As escavações eram demoradas e os arqueólogos nem sempre estavam preparados para reconstruções de solos de ocupação em depósitos sedimentares espessos, típicos do contexto tropical, onde a atividade biológica é particularmente mais intensa.

Um outro problema herdado da perspectiva metodológica francesa foi a importação das categorias classificatórias para coleções de peças líticas, fazendo com que os arqueólogos se esforçassem para que uma maioria de instrumentos informais (ou “expeditos”, no atual jargão analítico) se encaixasse em categorias inspiradas pela indústria bastante formal do Paleolítico francês. Pouca atenção foi dada a aspectos tecnológicos ou funcionais desse tipo de artefatos que poderiam se mostrar mais informativos sobre as culturas que os produziram.

Ao longo das últimas décadas esses problemas foram certamente trabalhados e adaptados aos contextos locais por toda uma geração de arqueólogos influenciados pela tradição francesa a qual perdura até hoje através das missões arqueológicas em andamento em Minas Gerais, Piauí e Mato Grosso. Todas elas, de certa forma, priorizam o estudo do período pré-cerâmico, realizam escavações de superfícies amplas e continuam a lidar com documentação e análise da arte rupestre.

Contudo, essa trajetória de aprendizado de conformação de determinadas metodologias a temas e contextos específicos brasileiros não parece ter sido sistematizada de forma a constituir uma verdadeira linha ou escola de pesquisa francesa com variante brasileira. A exemplo das próprias missões que atuaram e continuam atuando

de forma independente no território brasileiro, a influência francesa não gerou esforços combinados de concordância da comunidade arqueológica nacional em torno de determinadas teorias ou mesmo de práticas metodológicas, com exceção de algumas tentativas de padronização terminológica (Chmyz 1969).

A influência da escola americana na arqueologia brasileira foi bastante tardia quando comparada à de outros países latino-americanos. Sem dúvida, a falta de monumentalidade e de altas civilizações não atraiu as expedições dos grandes museus americanos do começo do século concentradas então nos Andes e Mesoamérica. Apesar da Amazônia ter continuado atraindo algumas expedições como as de W. Farabee do Museu de Filadélfia (1921) e a de J. B. Steere da Universidade de Michigan (1927), estas não tiveram uma real influência na arqueologia acadêmica brasileira.

Os arqueólogos americanos mais influentes no Brasil foram Wesley Hurt e o casal Betty Meggers e Clifford Evans. W. Hurt retomou as escavações de forma mais sistemática em vários abrigos de Lagoa Santa, escavações nas quais participaram vários pesquisadores brasileiros, entre eles Castro Faria, do Museu Nacional, e Oldemar Blasi, do Museu Paranaense. Destas escavações surgiriam as primeiras datações radiocarbônicas de níveis arqueológicos em Lagoa Santa, atestando uma antigüidade mínima de 10.000 anos. Nos anos 1960 Hurt também trabalhou nos sambaquis do Sul, onde ajudou a formar novos centros de pesquisa (Museu Paranaense e Museu de Antropologia da UFSC). Sua contribuição maior foi, portanto, o treinamento de arqueólogos brasileiros em escavações sistemáticas.

Já o casal Betty Meggers e Clifford Evans, apesar de terem iniciado suas pesquisas na Amazônia na década de 1940, só tiveram uma atuação na formação de arqueólogos brasileiros a partir da década de 1960. Eles trabalharam inicialmente em outros países da América Latina, como o Equador e a Venezuela, deixando nesses países uma herança teórica bastante distin-

ta de suas marcas no Brasil.

Suas pesquisas no Amapá e em Marajó revelaram que a introdução da cerâmica na Amazônia era bem mais antiga do que se supunha. Mas o mais importante foram as teorias de desenvolvimento cultural na Amazônia tecidas por Meggers a partir destes dados. Meggers propôs que as condições ambientais da várzea amazônica impediram o desenvolvimento local de sociedades complexas. Com poucos recursos protéticos e um potencial agrícola reduzido (os solos anualmente lavados das várzeas impossibilitam uma agricultura além da coivara de mandioca), as várzeas amazônicas impunham um teto demográfico baixo às populações locais que, assim como as populações indígenas atuais, não poderiam ter ultrapassado as formas simples de assentamento e organização social em pequenas aldeias autônomas. Portanto, culturas extintas como as de Santarém e Marajó, cujos vestígios arqueológicos atestavam um maior grau de organização social em grandes assentamentos, só poderiam ser interpretadas como culturas oriundas de outra região que, ao migrarem para a Amazônia, teriam entrado em decadência até a sua extinção (Meggers 1992).

Estas teorias, pouco questionadas na época, foram aos poucos sendo elaboradas e detalhadas por Meggers ao longo das últimas décadas, propondo não só os locais de origem dessas culturas como também tecendo teorias mais abrangentes sobre a introdução da cerâmica na América do Sul. Hoje, tais teorias constituem a referência principal para os atuais pesquisadores da arqueologia amazônica que, ao questionarem os pressupostos do determinismo ambiental de Meggers, começam a montar outros cenários para o desenvolvimento de sociedades indígenas na Amazônia (Neves 1998).

A maior contribuição desses pesquisadores à arqueologia brasileira é no entanto o grande projeto por eles organizado e dirigido de levantamentos arqueológicos em nível nacional, o Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (Pronapa). O programa, promovido pelo Smithsonian Institution, CNPq e Iphan, foi realizado por

arqueólogos brasileiros de quase todos os estados fora da Bacia Amazônica e dirigido pelo casal. Entre 1965 e 1970, as pesquisas foram realizadas dentro de uma metodologia padronizada de levantamentos de um máximo de sítios arqueológicos em cada região, com o material sendo datado e organizado por métodos de seriação em categorias denominadas “tradições”, “fases” e “subfases” (Dias 1995).

Betty Meggers e Clifford Evans, com suas pesquisas na Amazônia e desdobramentos teóricos, de certa forma, trouxeram à arqueologia da região um pouco do neo-evolucionismo da arqueologia americana e da ecologia cultural dos anos 1950 (na formulação de Julian Steward, orientador acadêmico de Betty Meggers). Contudo, fora da Amazônia, onde se deu o treinamento de arqueólogos brasileiros por meio de seminários e participação no Pronapa, esta orientação neo-evolucionista teve pouco impacto na organização da arqueologia brasileira. Assim, apesar de a grande contribuição de Meggers dentro da arqueologia se concentrar em seus argumentos apoiados em teorias de determinismo tecno-ambiental, moldando inclusive sua interpretação da ocupação humana da Amazônia, muito pouco deste corpo teórico foi passado aos muitos arqueólogos brasileiros por ela orientados.

Categorias evolutivas como arcaico, formativo e clássico, ou outros tipos de “horizontes” evolutivos, nunca vingaram na arqueologia brasileira moderna. Ao invés, o Pronapa escolheu organizar seus dados nas categorias também americanas de “fases” e “tradições”, originalmente propostas por Willey e Phillips (1955). Contudo, a forma como essas categorias foram usadas em terreno brasileiro, identificando variantes culturais ou étnicas a uma determinada distribuição de artefatos no tempo ou espaço, se assemelha mais às práticas do difusionismo cultural europeu do que ao neo-evolucionismo ecológico americano. O uso de tais categorias, ainda um tanto ambíguas quanto ao tipo de unidades socioculturais que designam, marcou definitivamente a arqueologia brasileira. Apesar

de muitos arqueólogos questionarem o seu uso, a maior parte dos resultados de pesquisas em nível regional foi e continua sendo organizada em “fases” e “tradições” arqueológicas.

A dificuldade de se integrar os dados coletados ao longo de décadas em uma síntese de arqueologia nacional é, sem dúvida, a consequência maior da fragilidade de tais categorias e da falta de orientação teórica explícita do Pronapa. Em contraste, em outros países da América do Sul nos quais atuaram Meggers e Evans, a interface de sua bagagem neo-evolucionista com um quadro interpretativo marxista permitiu não só sínteses de dados arqueológicos em categorias tais como “formações sociais” ou “modos de produção” mas também promoveu a integração da arqueologia às demais ciências sociais, como uma ciência histórica (Patterson 1994).

Tanto o legado das missões francesas como o dos pesquisadores americanos demonstram como as especificidades das bagagens teóricas trazidas por certas personalidades nem sempre podem por si sós explicar os resultados provocados no Brasil. Elas devem ser entendidas dentro dos contextos históricos também bastante específicos de desenvolvimento da comunidade acadêmica de arqueólogos brasileiros.

## A ORGANIZAÇÃO DA ARQUEOLOGIA MODERNA NO BRASIL

A vinda de especialistas estrangeiros, a entrada da arqueologia nas universidades e programas de pesquisa tais como o Pronapa proporcionaram a formação de toda uma primeira geração de arqueólogos acadêmicos brasileiros, ainda hoje responsáveis pela direção de vários centros de pesquisa e ensino de arqueologia no país. Trata-se de uma formação essencialmente prática, de técnicas de pesquisa de campo e de classificação de materiais arqueológicos em laboratório. Um levantamento realizado em 1972 demonstra que a maior parte dos pro-

fissionais envolvidos em pesquisa arqueológica até então não tinha formação específica em arqueologia e vinha sobretudo das áreas de história ou história natural, biologia e geociências (Mendonça de Souza 1972). Uma parcela muito pequena vinha das áreas de ciências sociais ou antropologia, explicando assim a ausência de um projeto teórico para a arqueologia nacional.

Os principais núcleos desses profissionais surgiram primeiro na década de 1960 no Paraná (Cepa-UFPR), em São Paulo (IPH-USP) e Minas (MHN-UFMG); depois em Belém (MPEG), Rio Grande do Sul (Unisinos), Rio de Janeiro (CBA-Museu Nacional e IAB) e em Goiás (UCG, MA-UFGO), já na década de 1970.

Nesses anos, vários congressos de arqueologia brasileira foram organizados quer dentro das reuniões científicas da SBPC, quer como reuniões à parte. A Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB), fundada em 1980, inaugurou-se com uma centena de profissionais, distribuídos por mais de 20 instituições, cobrindo praticamente todos os estados brasileiros (Schmitz 1982).

O rápido crescimento e organização da comunidade científica intensificou a pesquisa arqueológica no país, sobretudo aumentando consideravelmente a cobertura do território ainda desconhecido arqueologicamente. Contudo, a falta de orientação teórica fez com que as décadas de 1960 e 1970 se caracterizassem por projetos de área, isto é, por levantamentos sistemáticos de sítios, mas não o estudo de problemas específicos (Schmitz 1982). Também as publicações especializadas se intensificaram, publicando resultados desses levantamentos enquanto estudos “preliminares” ou “parciais”, sem discutir ou aprofundar as poucas teorias já formuladas no passado, como por exemplo as referentes a populações pleistocênicas, ao significado cultural dos sambaquis, ou ao desenvolvimento de sociedades complexas na Amazônia. Ao contrário, mesmo quando alguns novos problemas foram revelados pelos dados levantados, a continuidade das pesquisas não foi direcionada para o seu aprofundamento, mas sim para o infundável

levantamento de novas áreas “virgens” (Barreto 1998).

Como era de se esperar, esta produção científica, de caráter essencialmente descritivo e classificatório, não conseguiu extrapolar as fronteiras nacionais. Os poucos temas da arqueologia brasileira que vieram a chamar a atenção da literatura internacional especializada referem-se às datações antigas de alguns sítios estudados por pesquisadores franceses ou às controvérsias que se seguem entre pesquisadores americanos na arqueologia amazônica (Carneiro 1995). Ao longo das décadas de 1960 e 1970, a produção propriamente brasileira foi praticamente ignorada pela comunidade internacional.

Assim, a comunidade arqueológica brasileira, apesar de melhor organizada nas instituições acadêmicas e bastante ativa na pesquisa de levantamentos arqueológicos, cresceu ainda dentro de um certo provincianismo, do qual a formação de pequenos “feudos” profissionais e a falta de sistemas de avaliação externa da produção científica aparecem como traços típicos (Funari 1992, 1995; Roosevelt 1991:105-11).

Enquanto a revolucionária década de 1960 engendrava também uma verdadeira revolução epistemológica na arqueologia com o nascimento da New Archaeology e suas variantes processuais no mundo anglo-saxão, e com a articulação de uma arqueologia propriamente latino-americana com base nas tradições marxistas das ciências sociais praticadas em países como o México e a Venezuela, a comunidade acadêmica brasileira isolava-se em projeto próprio de organização e pesquisa.

Contudo, a partir do anos 1980, o aparecimento de uma segunda geração de arqueólogos brasileiros, agora não só com formação acadêmica especializada no Brasil e no exterior, mas também com projetos teóricos mais bem definidos, começou a mudar o tipo de arqueologia feita no país. Reflexos de uma arqueologia anglo-saxônica, mais dedutiva e orientada por problemas específicos em busca da formulação de modelos e teorias, chegaram ao país, não sem o atraso

típico de países marginais e a resistência de gerações anteriores.

Velhos temas começaram a ser tratados sob novas perspectivas. A questão da antiguidade da ocupação humana no território nacional, antes centrada em discussões sobre datações de sítios isolados, como os de Lagoa Santa em Minas Gerais e Pedra Furada no Piauí, passou a ser estudada dentro das diversas teorias da entrada do homem na América e da reconstrução de ambientes e modo de vida das antigas populações de caçadores pleistocênicos (Kipnis 1998). Os sambaquis passaram a ser estudados como conjuntos de sítios, e os projetos de pesquisa se voltaram para entender melhor o modo de vida das antigas populações litorâneas, tanto do ponto de vista adaptativo como também da organização social (Gaspar 1998). No interior, os levantamentos de áreas deram espaço a estudos regionais de padrão de assentamento (Wüst 1992), demonstrando uma visão mais dinâmica de cultura.

Novos temas de pesquisa enfocam agora processos de mudança, como processos de sedentarização e transição para a agricultura, de complexificação social, ou dos efeitos da conquista, e não mais se moldam à rígida separação de sítios arqueológicos nas estáticas categorias de pré-cerâmicos e cerâmicos (ou sociedades caçadoras-coletores e sociedades agricultoras) (Barreto 1999b). Novas abordagens, como a etnoarqueologia, e a integração de outras fontes de dados às interpretações arqueológicas, como dados históricos, lingüísticos e biológicos, acompanham as tendências da arqueologia internacional ao começar a se reaproximar da antropologia social praticada no país.

Nota-se também uma postura da comunidade de arqueólogos brasileiros mais autorreflexiva sobre sua produção científica, com esforços consideráveis de sínteses (Prous 1991), e estudos históricos sobre os rumos da disciplina no país (Mendonça de Souza 1991). Eventos recentes, como o Simpósio Internacional sobre Teoria e Método em Arqueologia (USP, 1995), o simpósio sobre arqueologia brasileira na 62ª reunião da

Society for American Archaeology (Nashville, 1997) e a Primeira Reunião Internacional de Teoria Arqueológica na América do Sul (Vitória, 1998), refletem os resultados ainda iniciais dessas novas preocupações e abordagens da arqueologia acadêmica no Brasil (Barreto 1998).

A arqueologia de contrato também vem proporcionando uma nova dinâmica no desenvolvimento da pesquisa arqueológica no Brasil. Praticada como um serviço contratual prestado por arqueólogos a firmas privadas ou governamentais, desenvolve-se em geral dentro de um contexto maior de levantamentos de impacto ambiental e salvamentos de patrimônios ameaçados por construções diversas. Apesar de a legislação existente desde os anos 1950 obrigar tais estudos e salvamentos a serem realizados, esta prática, inicialmente denominada de arqueologia de salvamento, iniciou-se no Brasil apenas nos anos 1970. Nas duas últimas décadas, com um *boom* de obras de desenvolvimento como usinas hidroelétricas, gasodutos e complexos viários de grande porte, este tipo de pesquisa tem se intensificado de forma mais padronizada e sistemática, com a inclusão da arqueologia nos obrigatórios “Estudos de Impacto Ambiental” (EIAs), e “Relatórios de Impacto ao Meio Ambiente” (Rimas).

A arqueologia de contrato, apesar de absorver novos quadros formados nos diversos centros acadêmicos do país, que agora oferecem algum tipo de especialização em arqueologia, e, também, apesar de propiciar uma fonte alternativa ao financiamento da pesquisa arqueológica, tem gerado até o momento um certo retrocesso científico com a volta de levantamentos meramente descritivos e classificatórios como os dos anos 1960 e 1970. A própria natureza do contrato impõe limitações de tempo de pesquisa e exigências de cobertura de territórios bastante extensos e arbitrariamente delimitados, não favorecendo estudos interpretativos dos achados arqueológicos e tampouco o aprofundamento de questões específicas. Outro problema gerado pela intensificação desta prática de pesquisa é a formação de inúmeras cole-

ções de materiais arqueológicos dos salvamentos realizados e a falta de infra-estrutura e locais para a sua guarda e preservação.

Diante desses problemas, a aplicação de novos métodos de pesquisa, sobretudo das variadas técnicas de amostragem em arqueologia, parece ser decisiva para o futuro dessa prática. Contudo, uma avaliação mais precisa deste novo vetor de desenvolvimento da arqueologia no Brasil é bastante arriscada por se tratar de uma prática ainda recente.

## ARQUEOLOGIA BRASILEIRA: PASSADO E FUTURO

Nas últimas duas décadas, a arqueologia contemporânea ocidental passou por um processo bastante decisivo de debates, críticas e revisões de linhas teóricas dominantes, desembocando em um pluralismo teórico, temático e metodológico jamais visto na história da arqueologia (Leone 1986; Preucel 1991; Wylie 1993). Inicialmente desencadeado pelas críticas contundentes vindas de Cambridge à arqueologia processual anglo-saxônica, e depois continuado com o aparecimento de um novo leque de perspectivas teóricas, este processo também veio ressaltar a importância de uma arqueologia mais reflexiva quanto à sua natureza e mais consciente de seu papel social (Yoffee e Sherrat 1993).

Na América Latina, o desenvolvimento da arqueologia também tem sido pensado com a ajuda de historiografias críticas como demonstram as coletâneas editadas por Politis (1992) e Oyuela-Caycedo (1994) e debates recentes (Lizárraga 1999; Oyuela-Caycedo et al 1997; Patterson 1994). Uma preocupação constante nas análises resultantes são as conseqüências sociais, políticas e culturais do trabalho da arqueologia, ressaltando a importância decisiva das inspirações teóricas adotadas para a definição de questões como as relativas à identidade cultural, preservação do patrimônio, ou à projeção da produção

científica na educação (Mokus 1992).

No Brasil, apesar do papel da arqueologia perante a sociedade nacional ser cada vez mais marcante, este papel só agora começa a ser discutido pela comunidade arqueológica. A autoridade do arqueólogo enquanto especialista se afirma cada vez mais. A crescente prática da arqueologia contratual no Brasil confere ao arqueólogo não só o poder de avaliar a relevância e a importância do patrimônio arqueológico para a sociedade nacional como um todo, como também o de tomar decisões irreversíveis sobre qual parte deste patrimônio deve ser preservada.

Apesar do poder do arqueólogo estar embasado no reconhecimento do saber científico e da integridade moral desta classe de especialistas, a possibilidade de ele ser permeado por interesses de grupos distintos (como o governo, empreiteiras, ou grupos interessados em reafirmar identidades étnicas passadas) estará sempre presente porque o patrimônio arqueológico (em sua materialidade) faz parte de um contexto de valores contemporâneos.

O fato de a arqueologia ser uma ciência interpretativa, podendo gerar reconstruções alternativas do passado, só vem aumentar a possibilidade de interferências “externas” ocorrerem. Uma maneira dos arqueólogos se protegerem contra essas possíveis interferências é a de explicitar e fortalecer a relação entre os princípios que guiam o seu trabalho (tradições teóricas e teorias particulares, modelos, hipóteses, etc.) e as interpretações do passado que apresentam à sociedade. Por isso, revisões históricas das raízes do conhecimento arqueológico hoje produzido e a identificação das suas inspirações teóricas são importantes para tornar a arqueologia não só mais sólida enquanto ciência social mas também mais relevante aos olhos do público em geral.

Todas as histórias da arqueologia brasileira enfatizam o rápido desenvolvimento da disciplina nas últimas décadas, sobretudo o aumento de produção científica e a institucionalização de pesquisas a partir dos anos 1950 (por exemplo, Prous 1991;

Schmitz 1994). Outros autores (Barreto 1998; Funari 1989; Neves 1988) apontam para um desenvolvimento também marcado pelo isolamento e marginalização da arqueologia brasileira em relação à arqueologia do restante da América Latina e do cenário internacional em geral.

Mantendo-se isolada, a arqueologia brasileira não só absorveu muito pouco dos debates e avanços teóricos do cenário internacional das últimas décadas, como também não chegou a se constituir em uma arqueologia nacional, particularmente concebida para os problemas do passado brasileiro e, menos ainda, em uma arqueologia nacionalista, voltada para a afirmação de ideais nacionais.

A história da arqueologia no Brasil demonstra como esta situação foi moldada por dois fatores: as circunstâncias históricas que afastaram a arqueologia da antro-

pologia cultural, e das ciências sociais em geral; e o uso pouco consciente, inadequado, ou ainda mal adaptado ao contexto brasileiro, de teorias e práticas metodológicas introduzidas no Brasil por escolas estrangeiras (Barreto 1999a).

À medida que tanto o isolamento do contexto internacional como a falta de embasamento teórico vêm se revertendo, o grande desafio que deverá enfrentar a arqueologia brasileira nas próximas décadas será a incorporação e desenvolvimento de um corpo teórico-metodológico condizente com os problemas e condições específicas da arqueologia nacional. Estes avanços, porém, só serão relevantes para a construção de um passado nacional se desenvolvidos dentro de uma prática de pesquisa arqueológica consciente de seu papel social, voltada para os meios de comunicação e educação da sociedade brasileira.

---

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Baldus, H. 1955 A distinção entre pré-história e arqueologia. *Anais da II Reunião Brasileira de Antropologia*, Salvador.
- Barreto, C. 1998 Brazilian Archaeology from a Brazilian Perspective. *Antiquity* 72(1998):573-81.
- \_\_\_\_\_. 1999a Arqueologia brasileira: uma perspectiva histórica e comparada. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, Universidade de São Paulo (no prelo).
- \_\_\_\_\_. 1999b Pathways no Inequality: new perspectives from the Brazilian lowlands. Trabalho apresentado no 64th Meeting of the Society for American Archaeology, Chicago.
- Barreto, M. V. 1992 História da Pesquisa Arqueológica no Museu Paraense Emílio Goeldi. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, ser. Antropologia 8:203-93.
- Cardim, F. 1978 *Tratados da terra e gente do Brasil*. Cia. Editora Nacional/INL, São Paulo.
- Carneiro, R. 1995 The History of Anthropological Interpretations of Amazonia: does Roosevelt have it right?. In: Sponsel, L. (ed.), *Indigenous People and the Future of Amazonia*, pp. 45-70. University of Arizona Press, Tucson.
- Chmyz, I. 1969 *Terminologia arqueológica brasileira para a cerâmica*. Centro de Ensino e Pesquisa da Universidade Federal do Paraná, Curitiba.
- Costa, A. 1934 *Introdução a arqueologia brasileira*. Ed. Nacional, Rio de Janeiro.
- Dias, Adriana S. 1995 Um projeto para a arqueologia brasileira. Breve histórico da implantação do PRONAPA. *Revista do Centro de Ensino e Pesquisa da Universidade Federal do Paraná*, 22:25-39.
- Duarte, P. 1977 (in Funari 1994, Paulo Duarte e o Instituto de Pré-História: documentos inéditos. *Idéias*, Campinas, 1(1):155-79).
- Emperaire, A.L. 1967 *Guia para o estudo das indústrias líticas da América do Sul*. Centro de Ensino e Pesquisa da Universidade Federal do Paraná, Curitiba.
- Funari, P. P. A 1989 Brazilian Archaeology and World Archaeology: some Remarks. *World Archaeology Bulletin* 3:60-8.
- \_\_\_\_\_. 1992 La Arqueologia en Brasil: Política y Academia en una Encrucijada. In: Politis, G. (ed.),

- Arqueología en América Latina Hoy*, pp. 57-69. Biblioteca Banco Popular, Bogotá.
- \_\_\_\_\_. 1995 Mixed Features of Archaeological Theory in Brazil. In: Ucko, J. J. (ed.), *Theory in Archaeology. A World Perspective*, pp.236-50. Routledge, London & New York.
- \_\_\_\_\_. 1998 A importância da teoria arqueológica internacional para a arqueologia sul-americana: o caso brasileiro. Texto apresentado na Primeira Reunião de teoria Arqueológica na América do Sul, Vitória, 6-9 de maio de 1998.
- Gaspar, M. D. 1998 Considerations on the *sambaquis* of the Brazilian coast. *Antiquity* 72(277):592-615.
- Ihering, H. v. 1904 Archeologia comparativa do Brasil. *Revista do Museu Paulista* 6:519-80.
- Junqueira, P. A. 1980 Peter Wilhelm Lund e a ocupação humana pré-histórica de Lagoa Santa. *Suplemento Pedagógico*, Minas Gerais 61:8-9.
- Kipnis, R. 1998 Early hunter-gatherers in the Americas: perspectives from central Brazil. *Antiquity* 72(277):581-191.
- Legoupil, D. 1998 French Archaeology in Patagonia and Tierra del Fuego. *Bulletin of the Society of American Archaeology*, 16(4):33-6.
- Leone, M. 1986 Symbolic, Structural, and Critical Archaeology. In: Meltzer, D.; Fowler, D. and Sabloff, J. (eds.), *American Archaeology: Past and Future*, pp.415-38. Smithsonian Institution Press, Washington D.C.
- Lima, T. A. 1988 Patrimônio Arqueológico, Ideologia e Poder. *Revista de Arqueologia* 5(1):19-28.
- Lizárraga, Karen G. 1999 From Social Archaeology to National Archaeology: up from domination. *American Antiquity* 64(2):363-8.
- Lopes, M. M. 1995 *O Brasil descobre a pesquisa científica. Os museus e as ciências naturais no século XIX*. Ed. Hucitec, São Paulo.
- Massi, F. 1989 Franceses e norte-americanos nas ciências sociais brasileiras (1930-1960). In: Miceli, S. (ed.), *História das Ciências Sociais no Brasil*, pp.410-60. Vértice, São Paulo.
- Meggers, B. J. 1992 Amazonia: Real or Counterfeit Paradise? *The Review of Archaeology* 13(2):25-40.
- Mendonça de Sousa, Alfredo 1972 O ensino da arqueologia no Brasil. Ms, Centro de Informação Arqueológica, Rio de Janeiro.
- \_\_\_\_\_. 1991 *História da arqueologia brasileira*. Pesquisas, Série Antropologia 46.
- Mokus, A. 1992 Presentacion. In: Politis, G. (ed.), *Arqueología en América Latina Hoy*, pp.8-12. Biblioteca Banco Popular, Bogotá.
- Netto, L. 1885 Investigação sobre a archeologia brasileira. *Anais do Museu Nacional* 6:257-553.
- Neves, E. 1998 Twenty Years of Amazonian Archaeology in Brazil. *Antiquity* 72(277): 625-32.
- Neves, W. A. 1988 Arqueologia brasileira: algumas considerações. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Antropologia*, 2:200-205.
- Nizza da Silva, M. B. 1988 O pensamento científico no Brasil na segunda metade do século XVIII. *Ciência e Cultura* 40(9):859-68.
- Oyuela-Caycedo, Augusto (ed.) 1994 *History of Latin American Archaeology*. Avebury, Aldershot.
- Oyuela-Caycedo, A.; A. Anaya; C. G. Elera; L. M. Valdez 1997 Social Archaeology in Latin America?: Comments to T.C. Patterson. *American Antiquity* 62:365-74.
- Patterson, T. 1994 Social archaeology in Latin America: an appreciation. *American Antiquity* 59:531-7.
- Politis, G. (ed.) 1992 *Arqueología en América Latina Hoy*. Biblioteca Banco Popular, Bogotá.
- Preucel, R. 1991 Processual and Postprocessual Archaeologies. Multiple Ways of Knowing the Past. Center for Archaeological Investigations, Occasional Papers No. 10, Southern Illinois University of Carbondale, Carbondale.
- Prous, André 1992 *Arqueologia Brasileira*. Editora da Universidade de Brasília, Brasília.
- \_\_\_\_\_. 1995 Histórico do Setor de Arqueologia UFMG e Papel das Missões Franco-Brasileiras. *Coleção Arqueologia*, Porto Alegre, EDIPUCRS, 1(1):131-50.
- Rocque, C. s/d *Antologia da cultura amazônica. Volume V: Narrativas de viagens e estudos geográficos*. Amazônia Edições Culturais, Belém.
- Roosevelt, Anna C. 1991 *Moundbuilders of the Amazon: geophysical archaeology on Marajó Island, Brazil*. Academic Press, New York.
- Roquete Pinto, E. 1927 *Seixos rolados*. Mendonça Machado & C., Rio de Janeiro.
- Sampaio, T. 1955 *Os naturalistas viajantes e a etnografia indígena*. Progresso, Salvador.

- Schmitz, Pedro I. 1982 Arqueologia. *Avaliação e Perspectivas* 47. CNPq, Brasília.
- \_\_\_\_\_. 1994 Brazil: Tendencies and Growth. In: Oyuela-Caycedo, A. (ed), *History of Latin American Archaeology*, pp.22-35. Worldwide Archaeological Series, Avebury, Aldershot.
- Schwarcz, L. K.M. 1989 O Nascimento dos Museus Brasileiros, 1890-1910. In: Miceli, S. (ed.), *História das ciências sociais no Brasil*, pp. 20-71. Vértice, São Paulo.
- Soares de Souza, G. 1974 *Notícia do Brasil*. DAC/MEC, Edição comentada por Varnhagen, Pirajá da Silva, e Edelweis, São Paulo.
- Ucko, P. J. (ed.) 1995 *Theory in Archaeology, A World Perspective*. Routledge, London.
- Willems, E. e E. Shaden 1951 On sambaqui skulls. *Revista do Museu Paulista*, ns.5:141-81.
- Wiley, G. R. e P. Phillips 1955 Method and Theory in American Archaeology II: historical-developmental interpretations. *American Anthropologist* 57:723-819.
- Wüst, I. 1992 Pre-colonial settlement strategies in Bororo territory. In: Ortiz Troncoso, O. R. and van der Hammen, T. (eds.), *Archaeology and Environment in Latin America*, pp.253-8. Proceedings of the 46th Congress of Americanists, Amsterdam.
- Wylie, Alison 1993 A proliferation of new archaeologies: "beyond objectivism and relativism". In Yoffee, N. and Sherratt, A. (eds.), *Archaeological Theory: Who Sets the Agenda*, pp. 14-20. Cambridge University Press, Cambridge.
- Yoffee, N. e Andrew Sherratt (edi) 1993 *Archaeological Theory: Who Sets the Agenda?* Cambridge University Press, Cambridge.
-